



Estratégia
Carreira Jurídica

6° SIMULADO

PGDF

TÉCNICO JURÍDICO

26 de JULHO

Aplicação: 08:30

Correção exclusiva na ÁREA DO ALUNO

CONFIRA

Simulado Especial

6º Simulado PGDF – Técnico Jurídico

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PGDF;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-PGDF-26-07>

01 – C E	25 – C E	49 – C E	73 – C E	97 – C E
02 – C E	26 – C E	50 – C E	74 – C E	98 – C E
03 – C E	27 – C E	51 – C E	75 – C E	99 – C E
04 – C E	28 – C E	52 – C E	76 – C E	100 – C E
05 – C E	29 – C E	53 – C E	77 – C E	101 – C E
06 – C E	30 – C E	54 – C E	78 – C E	102 – C E
07 – C E	31 – C E	55 – C E	79 – C E	103 – C E
08 – C E	32 – C E	56 – C E	80 – C E	104 – C E
09 – C E	33 – C E	57 – C E	81 – C E	105 – C E
10 – C E	34 – C E	58 – C E	82 – C E	106 – C E
11 – C E	35 – C E	59 – C E	83 – C E	107 – C E
12 – C E	36 – C E	60 – C E	84 – C E	108 – C E
13 – C E	37 – C E	61 – C E	85 – C E	109 – C E
14 – C E	38 – C E	62 – C E	86 – C E	110 – C E
15 – C E	39 – C E	63 – C E	87 – C E	111 – C E
16 – C E	40 – C E	64 – C E	88 – C E	112 – C E
17 – C E	41 – C E	65 – C E	89 – C E	113 – C E
18 – C E	42 – C E	66 – C E	90 – C E	114 – C E
19 – C E	43 – C E	67 – C E	91 – C E	115 – C E
20 – C E	44 – C E	68 – C E	92 – C E	116 – C E
21 – C E	45 – C E	69 – C E	93 – C E	117 – C E
22 – C E	46 – C E	70 – C E	94 – C E	118 – C E
23 – C E	47 – C E	71 – C E	95 – C E	119 – C E
24 – C E	48 – C E	72 – C E	96 – C E	120 – C E

PORTUGUÊS

Décio Terror

TEXTO I

O desembargador Eduardo Almeida Prado Rocha Siqueira, que ofendeu e tentou intimidar guardas civis municipais ao ser abordado por estar sem máscara de proteção facial, foi flagrado usando o EPI durante uma caminhada na orla de Santos, no litoral paulista. As fotos passaram a circular nas redes sociais hoje, e teriam sido tiradas pela manhã. O caso ganhou repercussão no último sábado, quando o magistrado chamou de "analfabeto" o agente que lhe pediu que colocasse o equipamento, obrigatório em locais públicos do município durante a pandemia do novo coronavírus. Siqueira chegou a desafiar os guardas a multá-lo e a insinuar que jogaria a autuação "na cara" de um dos agentes caso ele insistisse na notificação.

O desembargador também ligou para o secretário de Segurança Pública do município, Sérgio Del Bel, e evocou um suposto irmão procurador de Justiça para intimidar os guardas. No telefonema, diz: "Estou aqui com um analfabeto de um PM seu. Eu falei, vou ligar para ele (Del Bel) porque estou andando sem máscara. Só estou eu na faixa de praia que eu estou. Ele está aqui fazendo uma multa. Eu expliquei, eles não conseguem entender".

O decreto que estabeleceu a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção facial em locais públicos, comércios, transportes e ambientes de trabalho em Santos foi editado ainda em abril e passou a valer em 1º de maio. Desde então, moradores flagrados sem o EPI são multados em R\$ 100 e estabelecimentos em R\$ 3.000.

Após o episódio, o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu abrir uma investigação para apurar o caso do desembargador. Por determinação do corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, o procedimento será conduzido no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O corregedor entendeu que os fatos podem caracterizar conduta que infringe os deveres dos magistrados estabelecidos na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) e no Código de Ética da Magistratura.

<https://noticias.uol.com.br/> Por Fausto Macedo e Rayssa Motta

01. Os autores do texto 1 reconhecem que a alegação do desembargador de estar sozinho numa faixa de praia não justificaria a aplicação da multa.

02. O gênero do texto 1 é uma notícia, devido ao relato de fatos ocorridos e a não haver opinião dos autores.

03. A expressão "Desde então" (3º parágrafo) é um sequenciador textual, o qual retoma a expressão "1º de maio" e dá sequência às ideias do texto 1.

04. A exclusão da vírgula após "Siqueira" (primeira frase do texto) mantém a correção gramatical, apesar de mudar o sentido da oração iniciada por "que".

05. No período "Eu expliquei, eles não conseguem entender" (2º parágrafo), há um valor de oposição entre as orações.

06. A vírgula após o advérbio "hoje" (1º parágrafo) ocorre porque a conjunção subsequente "e" apresenta valor adversativo.

07. As aspas no primeiro parágrafo foram empregadas para realçar as expressões utilizadas pelo desembargador.

08. A oração "para apurar o caso do desembargador" (4º parágrafo) transmite valor de finalidade, por isso a preposição "para" pode ser substituída por **afim de**, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original.

09. O futuro do pretérito do indicativo em "teriam sido tiradas pela manhã" (1º parágrafo) é empregado para sinalizar ao leitor uma possibilidade, uma hipótese.

10. Na oração "quando o magistrado chamou de 'analfabeto' o agente" (1º parágrafo), o termo "de 'analfabeto'" caracteriza "o agente", tendo em vista o sentido e a regência do verbo "chamou" neste contexto.

TEXTO II**Por que o 'você sabe com quem está falando?' marca tanto o Brasil? Antropólogo e historiadora comentam casos recentes**

Roberto DaMatta e Lilia Schwarcz falam das origens da 'carteirada', flagrada em episódios com desembargador e engenheiro civil e sua mulher. Prática remonta à época do colonialismo.

Por Shin Suzuki, G1

É difícil estabelecer com precisão as origens do "você sabe com quem está falando?" no país, mas casos recentes mostram que a atitude de invocar a posição social para impedir uma interpelação ou um questionamento é um traço vivíssimo na sociedade brasileira.

Da mulher que se ofendeu durante uma fiscalização de rua no Rio, quando o marido engenheiro civil foi tratado de "cidadão", até a humilhação de um guarda municipal em Santos por um desembargador autuado pela falta de máscara, a "carteirada" está sendo confrontada de alguma forma. O registro dos episódios em vídeo expõe uma incômoda instituição nacional.

Para o antropólogo Roberto DaMatta, o principal acadêmico a esmiuçar o espírito do "você sabe com quem está falando?", o hábito está relacionado a uma questão de papéis sociais e seus limites. Afinal, na prática, as regras valem igualmente para todos?

"Tem tudo a ver com uma sociedade que jamais discutiu privilégio e limite de privilégio. Privilégio é exatamente a liberdade de poder fazer tudo", disse o autor de "Jeitinho brasileiro" e "Carnavais, malandros e heróis".

Outra referência na análise do desenvolvimento e da formação brasileira, a historiadora Lilia Schwarcz diz que o "você sabe com quem está falando" germinou num ambiente em que historicamente poucos mandavam e muitos obedeciam.

O sistema colonial e o esquema de capitânias hereditárias, o regime escravocrata que perdurou por mais tempo aqui do que em outros países, o coronelismo e o nepotismo político que confunde as esferas do público e do privado deram condições para a carteirada reinar.

"Se nós juntarmos todos esses elementos, chegamos ao verdadeiro ritual social do 'você sabe com quem está falando?' no Brasil. Um ritual autoritário, de subordinação, porque aquele que emite a pergunta está naturalizando a sua autoridade e, ao mesmo tempo, também a inferioridade daquele que recebe essa resposta."

DaMatta lembra também da instalação da família real portuguesa no Brasil. "Com sua corte, em 1808, aqui se consolidou um sistema feito de duques, marqueses e barões: de inferiores e superiores estruturais. Então o sistema do saber com quem se fala equivale a saber quem é o 'cara', o dono, o rico, o líder. Quem se acha 'alguém' coloca o outro no lugar de 'ninguém'", diz.

"As coisas se complicam quando se fala e se quer democracia — quando se adota a igualdade como um fator ideal da vida social. A partir da República [1889], muda-se o regime político, mas a sociedade não se livra dos costumes ou das matrizes ideológicas que moldavam o seu cotidiano ou a sua cultura", afirma o antropólogo.

<https://g1.globo.com/>

11. Infere-se do texto 2 que o "você sabe com quem está falando?" tem uma intenção comunicativa de impor uma autoridade sobre a pessoa a quem se dirige a pergunta.

12. O sujeito da oração iniciada por "quando se adota" (9º parágrafo) é indeterminado.

13. O acento indicativo de crase em "Prática remonta à época do colonialismo" (subtítulo do texto 2) é facultativo, por isso a sua omissão não prejudicaria a correção gramatical e o sentido original.

14. No trecho "quando se adota a igualdade como um fator ideal da vida social" (9º parágrafo), o uso da próclise justifica-se pela presença da palavra atrativa "quando".

15. No segmento "você sabe com quem está falando?", que ocorre em várias partes do texto, a preposição "com" é exigida pelo verbo "sabe".

16. Todo o trecho subsequente ao termo "difícil" (1º período do texto) funciona como complemento desse termo.

17. As palavras “papéis” e “privilégio” são acentuadas pelo mesmo motivo.
18. No segmento “Quem se acha 'alguém' coloca o outro no lugar de 'ninguém'” (8º parágrafo), o pronome “se” é recíproco.
19. A exclusão do pronome “se”, na expressão “não se livra dos costumes” (9º parágrafo), compromete a correção gramatical.
20. Como o termo “a posição social” (1º parágrafo) funciona como complemento verbal direto, e não indireto, cabe a sua substituição pelo pronome átono “a”: **invocá-la**.
21. A expressão “o regime escravocrata que perdurou por mais tempo aqui do que em outros países” (6º parágrafo) está intercalada por dupla vírgula por ser empregada para explicar o termo “capitanias hereditárias”.
22. As regras de regência impõem a exclusão da preposição “de” no seguinte trecho “DaMatta lembra também da instalação” (8º parágrafo).
23. No último período do segundo parágrafo, o verbo “expõe” pode se flexionar no plural, deixando de concordar com o termo “registro” e passando a concordar com o substantivo “episódios”, o que muda o sentido, mas mantém a correção gramatical.
24. A substituição de “chegamos” (7º parágrafo) por **chegaremos** mantém a correção gramatical e a coerência no texto.
25. O termo “Outra referência na análise do desenvolvimento e da formação brasileira” (5º parágrafo) desempenha o papel de aposto explicativo.

CONHECIMENTOS SOBRE O DF

Leandro Signori

Naquela manhã de sábado, 12 de setembro de 1959, o aniversariante Juscelino Kubitschek, ao lado da esposa Sarah, manobrando um trator, e observado por uma multidão de candangos fez descer as comportas da barragem do Lago Paranoá, nascia, assim, um dos principais cartões postais da cidade, que com suas águas abraça e encanta Brasília.

Internet <<https://extrapauta.com.br>> (com adaptações).

A respeito do Lago Paranoá, julgue os itens a seguir.

26. O projeto inicial do arquiteto e urbanista Lúcio Costa não contemplava a proposta de criação do Lago Paranoá. A exigência partiu do então presidente Juscelino Kubitschek, que afirmava ser inconcebível a inauguração de Brasília sem um lago que representasse a moldura líquida da cidade.
27. O Lago Paranoá, formado pelas águas represadas do Rio Paranoá, conta uma estrutura destinada ao lazer e à prática de esportes.
28. Mesmo sendo considerado um dos principais patrimônios de Brasília, o Lago Paranoá não ficou imune aos processos de degradação ambiental, como o desmatamento, influenciado pelas ocupações nas margens do Lago.

Foi numa área de 600 metros quadrados no Núcleo Rural Córrego do Atoleiro, em Planaltina, que Cleiton Neves Elias, de 25 anos, começou a pôr em prática seu desejo de ser empreendedor rural. Ele fez curso de técnico em agroindústria no Instituto Federal de Brasília (IFB) e pelo programa Filhos deste Solo, da Emater-DF.

O curso está alinhado ao Plano Estratégico do Governo do Distrito Federal no âmbito do desenvolvimento econômico – com oportunidade de emprego e renda, além da melhoria no ambiente de negócio. A iniciativa também está contemplada no lado social, com objetivo de reduzir desigualdades por meio da geração de renda.

Internet <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br>> com adaptações.

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos geográficos, econômicos e sociais do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), julgue os itens que se seguem.

29. Infere-se das informações do texto que medidas relacionadas ao aprimoramento do setor agropecuário do Distrito Federal buscam fomentar não apenas as áreas ligadas à geração de renda, como também as de cunho social.

30. A agropecuária é o setor com a menor participação na economia brasiliense, o que não impediu que tenha destaque na produção de grãos e de hortifrutigranjeiros que abastecem a população local.

31. O fato de o Distrito Federal estar situado na Região Centro-Oeste do Brasil, na divisa com os estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, é determinante para que a área de produção agropecuária e abastecimento alimentar seja considerada um serviço de interesse comum aos integrantes da RIDE-DF.

32. Em caso de desmembramento de algum dos municípios que já fazem parte da RIDE-DF, os novos entes constituídos somente passam a fazer parte da mencionada região mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito e do Congresso Nacional, com uma lei complementar.

LODF

Rosenval Junior

33. De acordo com a LODF, o Distrito Federal possui autonomia política, administrativa e financeira.

34. O Distrito Federal integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil e tem como um de seus objetivos prioritários a preservação de sua autonomia como unidade federativa.

35. De acordo com a LODF, o DF tem como símbolos a bandeira, o selo, o hino e o brasão. Símbolos adicionais poderão ser estabelecidos mediante decreto do governador do DF.

36. Com base na Lei Orgânica do DF (LODF), julgue o item a seguir.

No DF, uma região administrativa pode ser criada por decreto do governador, entretanto só poderá ser extinta por lei distrital aprovada por maioria relativa da CLDF.

37. De acordo com a LODF, ninguém será discriminado ou prejudicado por ter cumprido pena.

38. Estão entre os objetivos prioritários do Distrito Federal dar prioridade ao atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social.

LC 840/2011

Fabiano Pereira

Julgue os itens a seguir acerca do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais (Lei Complementar n.º 840/2011).

39. Aos servidores, além do vencimento básico, poderão ser pagas gratificações, indenizações, abonos e adicionais.

40. Mediante comprovação por junta médica oficial, pode ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente, descendente, enteado e colateral consanguíneo ou afim até o terceiro grau civil.

41. Ao servidor inativo que, na atividade, tenha praticado infração disciplinar punível com suspensão, será aplicada multa.
42. Em relação aos cargos em comissão, ao menos sessenta por cento do quantitativo desses cargos deverão ser preenchidos por servidor público de carreira.
43. A remoção é o deslocamento da lotação do servidor, no mesmo órgão, autarquia ou fundação e na mesma carreira, de uma localidade para outra, sendo que todas as etapas de remoção deverão ser acompanhadas pelo respectivo sindicato.
44. Em caráter excepcional e temporário, a jornada de trabalho poderá ser ampliada em até três horas.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Marcos Girão / Paulo Guimarães

45. De acordo com o Código de Ética dos Servidores do Distrito Federal (Decreto Distrital n. 37.297/2016), ao servidor ou empregado público é facultada a participação em eventos, seminários, simpósios e congressos, desde que eventual remuneração, vantagem ou despesa não implique em situação caracterizadora de conflito de interesses.
46. A Procuradoria-Geral do Distrito Federal é um órgão que faz parte do Poder Judiciário, exercendo funções relacionadas à representação judicial e consultoria jurídica dos órgãos e entidades que fazem parte da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações do Distrito Federal.
47. De acordo com a Lei Complementar n. 395/2001, o Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Distrito Federal compõe-se do Procurador-Geral, que o preside, e: de 10 membros titulares e 10 suplentes escolhidos pelo Procurador-Geral dentre os ocupantes de cargos em comissão ou de natureza especial privativos de membros da carreira de Procurador do Distrito Federal e de Procurador de que trata a Lei

Complementar nº 914, de 2 de setembro de 2016, para mandato de 2 anos, permitida a recondução.

48. De acordo com o Decreto n. 36.756/2015, que trata do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), deverá ser criada Comissão Permanente para garantir a preservação dos documentos e processos eletrônicos, de forma que não haja perda ou corrupção da integridade das informações.
49. De acordo com a Lei Complementar n. 395/2001, nos impedimentos e nas ausências do Procurador Geral, a presidência do Conselho Superior é exercida, sucessivamente, por Procurador Geral Adjunto ou, na ausência ou impedimento deste, pelo Conselheiro mais antigo na carreira.
50. De acordo com o Decreto n. 36.756/2015, que trata do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), compete às Unidades Setoriais de Gestão do SEI-GDF prover as condições necessárias à implantação, utilização, manutenção e sustentação do SEI-GDF.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

Rodrigo Rennó

51. Os sistemas organizacionais das empresas orgânicas são apropriados a situações de mercado dinâmicas com forte concorrência e variação tecnológica.
52. A metodologia Seis Sigma, desenvolvida pela Motorola na década de 1980, objetiva a eliminação das falhas no processo produtivo para, assim, reduzir custos, aumentar a satisfação dos clientes e a lucratividade da empresa.
53. **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** Jakiro, escrivão da Polícia Civil do Distrito Federal, diagnosticou que a implementação de uma perspectiva de gestão baseada em processos melhoraria o fluxo de informações e qualidade dos serviços aos cidadãos. **ASSERTIVA:** Nessa situação, considerando que tenha autonomia para implementá-lo, o Gerenciamento por Processos baseado no BPM CBOK seria adequado, pois estabeleceria metas exclusivas por área a fim de diagnosticar os pontos fracos da organização.

- 54. SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** Mirana, recém empossada delegada na PC-DF, identificou que a instituição tem delegacias responsáveis por diferentes regiões do DF, além de uma delegacia especial de atendimento à mulher. **ASSERTIVA:** A instituição apresenta departamentalização geográfica e por cliente.
- 55.** As organizações com estruturas descentralizadas, embora permitam maior autonomia para os gestores regionais e agilidade na tomada de decisões, acabam por ter decisões mais heterogêneas.
- 56.** O processo administrativo tem funções PDCA – Plan, Do, Check, Act –, ocorrendo de forma simultânea, mas também é correto dizer que a fase Plan acontece primeiro.
- 57.** No contexto do Processo Administrativo, julgue a afirmativa:
O planejamento pode ser dividido em operacional, tático ou estratégico e, na ordem em que se lê, vão do mais detalhado para o menos detalhado.
- 58.** A organização que, para seu funcionamento, cria departamentos de marketing, finanças e gestão de pessoas adota o critério de departamentalização funcional.
- 59.** A departamentalização que se baseia nas atividades temporárias desenvolvidas por uma organização é denominada departamentalização territorial.
- 60.** A localização da autoridade de decisão gerencial próxima dos níveis hierárquicos da base é um princípio da centralização de estruturas organizacionais.
- 61.** Em termos de amplitude administrativa, uma estrutura achatada se refere à amplitude estreita e elevado número de níveis hierárquicos.
- 62.** Após sua aprovação e estabelecimento, as estruturas organizacionais públicas não devem mais ser ajustadas, de modo a não termos descontinuidades administrativas.
- 63.** Gerenciamento de Processos de Negócio — ou Business Process Management (BPM), como é conhecido internacionalmente — é um método que engloba o mapeamento e a modelagem de processos de negócios.
- 64.** O monitoramento da execução de um processo redesenhado não tem por finalidade identificar novas oportunidades de melhoria.
- 65.** Em razão de enfatizar o cliente, uma das principais características da reengenharia consiste na adoção de mudanças incrementais em processos e produtos da organização.
- 66.** Quanto maior o nível hierárquico ocupado pelo gerente nas organizações, maior deve ser a sua habilidade conceitual para lidar com os problemas complexos na tomada de decisões.
- 67.** O processo administrativo, que consiste em planejamento, organização, direção e controle, está em constante evolução, é estático, e não tem começo e fim definidos.
- 68.** Aspectos demográficos, políticos, legais e tecnológicos são variáveis do ambiente geral que promovem impactos positivos ou negativos nas organizações.
- 69.** As entidades que integram a administração pública direta incluem as autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- 70.** Os órgãos dotados de personalidade jurídica própria que exercem funções administrativas e integram a União por desconcentração, componentes de uma hierarquia, fazem parte da administração direta.

71. A organização social, que integra as chamadas entidades paraestatais, está associada a uma visão de Estado mínimo, segundo o qual a educação não é considerada atividade típica de Estado.

72. A desconcentração administrativa consiste na distribuição de competência para outra pessoa, física ou jurídica; a descentralização administrativa pressupõe a distribuição interna de competências, no âmbito de uma mesma pessoa jurídica.

73. A empresa pública criada com a finalidade de explorar atividade econômica deve ser formada sob o regime de pessoa jurídica de direito privado.

74. As Sociedades de Economia Mista devem ser constituídas obrigatoriamente sob a forma de sociedade anônima.

75. As autarquias federais não detêm autonomia administrativa, estando subordinadas aos respectivos ministérios de sua área de atuação.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luciana Marinho

76. Segundo a lei 4.320/64, julgue o item que se segue:

A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

77. Segundo a Lei 4.320/64, julgue o item que se segue:

Integrarão a Lei de Orçamento quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais e quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

78. Julgue o item que se segue:

Evidenciando o princípio da universalidade, a Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar.

79. Julgue o item que se segue:

Como elo entre PPA e LOA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias é um instrumento de planejamento considerado de médio prazo. No âmbito da União, o projeto será encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, em até oito meses e meio antes do encerramento do mandato presidencial.

80. Sobre ciclo orçamentário, julgue o item que se segue:

As emendas ao projeto de lei do orçamento anual serão apreciadas na Comissão mista permanente de Deputados e Senadores, cuja uma das finalidades é emitir um parecer sobre o projeto de LOA.

81. Julgue o item que se segue:

São receitas de correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

82. Julgue o item que se segue:

As emendas ao projeto de lei de orçamento anual devem indicar os recursos necessários para a sua execução, podendo ser utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do balanço patrimonial do exercício anterior.

83. Julgue o item que se segue:

A Lei de Orçamento consignará ajuda financeira, de forma restrita, a empresa de fins lucrativos, independente de autorização em lei especial. Basta, neste caso, sua previsão na LOA.

84. Julgue o item que se segue:

Cada poder publicará o relatório resumido da execução orçamentária, no âmbito de sua competência, trinta dias após o encerramento do bimestre.

85. Julgue o item que se segue:

De acordo com a LRF, constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação, e essa disposição obriga a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

86. Julgue o item que se segue:

Para fins da LRF, entende-se como empresa controlada a que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

87. Julgue o item que se segue:

A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos dozes anteriores, excluídas as duplicidades.

88. Julgue o item que se segue:

No tocante à dívida ativa, a Lei nº 4.320/1964 diz que se trata de um crédito da Fazenda Pública, inscrito após apurada sua liquidez e certeza. A dívida ativa pode ser de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados.

89. Segundo à LRF, julgue o item que se segue:

A LDO atenderá disporá também sobre equilíbrio entre receitas e despesas e critérios e forma de limitação de empenho.

90. Julgue o item que se segue:

A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

91. Julgue o item que se segue:

A receita da dívida ativa alberga os créditos que lhes deram origem, entretanto, não comporta os valores correspondentes à respectiva atualização monetária, à multa e juros de mora e aos encargos respectivos.

92. Julgue o item que se segue:

É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

93. Segundo a Constituição, julgue o item que se segue:

O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

94. Julgue o item que se segue:

Os recursos legalmente vinculados à secretaria de saúde poderão ser utilizados para atender a despesas da secretaria de educação, em casos excepcionais, por meio do remanejamento.

95. No tocante à LRF, julgue o item que se segue:

Quando ocorrer limitação de empenho e, no caso de restabelecimento da receita prevista, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á na forma da totalidade às reduções efetivadas.

96. Julgue o item que se segue:

Segundo a LRF, as previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

97. No tocante à LRF, julgue o item que se segue:

A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

98. No tocante à LRF, julgue o item que se segue:

Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Capital", pois não integram o custeio geral da máquina pública, portanto, não entra no cômputo das despesas com pessoal.

99. Conforme a LRF, julgue o item que se segue:

É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

100. De acordo com a LRF, julgue o item que se segue:

Além de obedecer aos requisitos de uma despesa obrigatória de caráter continuado, nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total.

NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA

Douglas Schneider

101. O objetivo primário de um arquivo é a preservação do valor histórico dos documentos.

102. A acumulação em arquivos dá-se de maneira semelhante à acumulação em museus e bibliotecas.

103. Os documentos, quanto à sua natureza, podem ser classificados como iconográficos, filmográficos, sonoros e informáticos.

104. O princípio da territorialidade traz a ideia de que os documentos devem ser mantidos no local ou região em que foram produzidos.

105. **Situação hipotética:** Astrogildo, servidor público em uma Autarquia Federal, pretende casar-se e gozar de seu período de licença-gala. Para comprovação, necessita entregar à área de Gestão de Pessoas a sua certidão de casamento. **Assertiva:** o documento comprobatório trata-se de um tipo documental.

106. O protocolo consiste em um conjunto concatenado de atividades executadas no arquivo intermediário que se iniciam com a classificação.

107. **Situação hipotética:** um cidadão entrega fisicamente um requerimento ao setor de protocolo de uma organização, que o recebe, registra, autua e classifica. Trata-se de um requerimento de informações acerca de Gestão Patrimonial na instituição. **Assertiva:** a distribuição é o próximo passo para enviar o documento à área responsável.

108. Arquivos correntes são aqueles frequentemente consultados, com valor administrativo e geralmente conservados próximos de quem os produziu ou recebeu.

109. A tabela de temporalidade, elaborada com base no valor informativo dos documentos, apresenta o prazo de vigência documental.

110. É competência do Sistema Nacional de Arquivos estimular a capacitação técnica dos recursos humanos que desenvolvam atividades de arquivo.

NOÇÕES DE RECURSOS MATERIAIS

Douglas Schneider

111. Materiais acabados, também conhecidos como componentes, constituem peças isoladas já finalizadas e prontas para serem anexadas ao produto, como, por exemplo, o processador em um microcomputador.

112. O estoque de segurança representa a parcela da produção que vai além do estoque máximo, essencialmente a fim de garantir maior lucratividade à organização em caso de grandes demandas.

113. O sistema de duas gavetas, conhecido também como sistema de quantidades fixas, é utilizado quando há dificuldade para determinar o consumo e variação no tempo de reposição.

114. No processo de compras, a seleção de fornecedores consiste na investigação, localização e estudo dos potenciais fornecedores dos materiais requisitados.

115. O sistema de estocagem de carga unitária relaciona-se à carga constituída de embalagens de transporte que arranjam ou acondicionam certa quantidade de material para possibilitar seu manuseio, seu transporte e sua armazenagem, como se fosse uma unidade.

116. O leiaute de um depósito trata do arranjo de máquinas e materiais, enquanto o arranjo de homens é de competência exclusiva da área de gestão de pessoas da organização.

117. A fórmula de cálculo do lote econômico de compras (LEC) leva em consideração o consumo do item, o custo de pedido e o custo de armazenagem, representando o ponto gráfico onde o custo de pedido se iguala ao custo de armazenagem.

118. A representação gráfica em que o eixo das abcissas é o tempo decorrido, geralmente em meses, e o eixo das ordenadas é a quantidade em unidades de determinado material é denominada curva ABC.

119. O pregão, na forma eletrônica, aplica-se a bens e serviços comuns, contratações de obras, locações imobiliárias e alienações.

120. Em compras no setor público, quando da negociação das propostas na etapa de julgamento, o pregoeiro poderá se utilizar de meios mais ágeis de telecomunicação com o fornecedor, diferentes do sistema de eletrônico, em respeito ao princípio constitucional da eficiência.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PGDF-26-07>

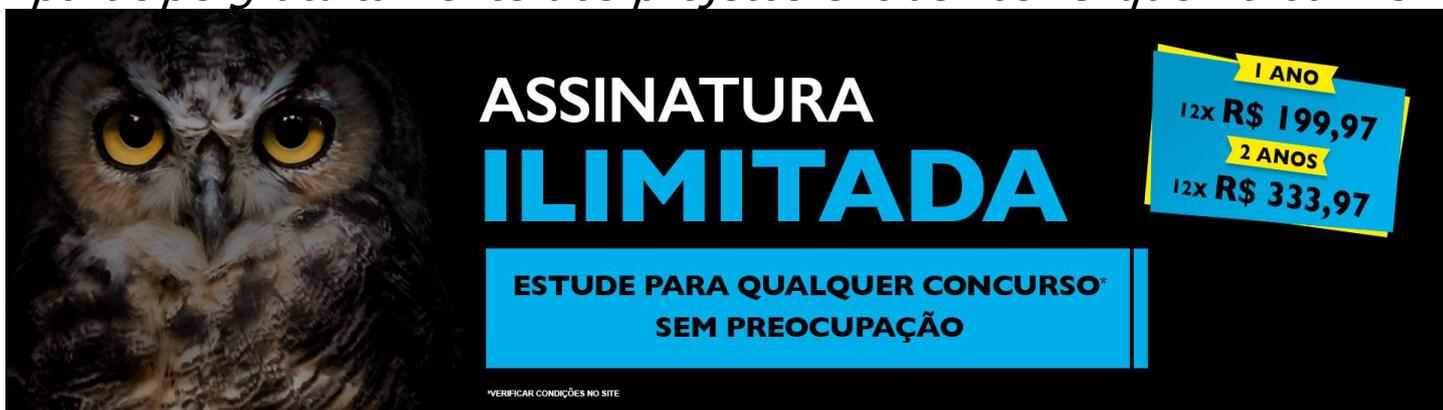
Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



ASSINATURA
ILIMITADA

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12x R\$ 199,97

2 ANOS
12x R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE